

Entretanto, apesar de ser um homem da época, obrigatoriamente afeito às regras do comportamento medieval, algo mais profundo começava a agitar-se em seu espírito: a influência da rainha santa, que recolhera Inês no Plano Espiritual e assistia o neto nas trevas em que se encontrava, buscando asserenar-lhes o coração.

Mais adiante, descreveremos a insanía que tomou conta do reino de Portugal, até há pouco vivendo invejável estabilidade sob o comando firme e sereno de Afonso IV, que, porém, provocou, com seu ato violento, o desencadeamento de uma guerra civil com saques, mortes e sofrimento.

Somente a intervenção de Isabel de Aragão, do Plano Espiritual, pôde modificar o quadro.

Trabalhou diuturnamente para que, alguns meses depois, a 5 de agosto de 1355, fossem assinadas, na vizinhança do Porto, as Pazes de Canaveses, ato jurídico que reproximou pai e filho, salvando Portugal de um conflito de imensas proporções.

AS RAZÕES DE ESTADO PARA A MORTE DE INÊS DE CASTRO

Quais as aparentes razões que levaram D. Afonso IV a intervir na vida afetiva do filho de modo tão violento, desconcertando, de início, até Diogo Lopes Pacheco, conselheiro real e um dos partidários da tese de que Inês deveria ser eliminada?

São efetivamente razões de Estado.

Já sabemos que Pedro não era casado com Inês de Castro. Unira-se a ela depois do falecimento de sua esposa, Constança Manoel.

Em outro capítulo, falaremos mais dessa nobre senhora que afrontou em vida os amores do marido, sem exprobar-lhe o comportamento.

No momento, é importante lembrar que, da união entre Pedro e Constança, nascera Fernando, futuro delfim do trono por ser o primogênito do príncipe herdeiro.

Pois bem, havia a preocupação com o fato de D. Pedro e Inês terem filhos e de o mais

velho, João, poder ser guindado à condição de herdeiro em detrimento de Fernando.

Imaginavam alguns conselheiros de Afonso IV ser até possível o assassinio do jovem herdeiro, hipótese que o tempo mostrou não ter sentido algum.

Assumindo o poder real a partir de 1367, Pedro jamais contestou a sua natural substituição por Fernando, que ademais era também seu filho.

Outro motivo de preocupação do rei seriam as ligações de Pedro com os irmãos de Inês, Fernando Ruiz de Castro, e D. Álvaro Pires de Castro. D. Afonso IV temia que, no futuro, os nobres tão amigos ocupassem algum posto de relevância, o que comprometeria a independência de Portugal.

Realmente os laços de amizade e solidariedade dos duros momentos que envolveram a morte de Inês e a conseqüente sedição levaram D. Pedro a guindar à posição de condestável do reino Álvaro Pires de Castro, que foi, anos mais tarde, protagonista dos conflitos sucessórios desencadeados depois da morte de D. Fernando I, lutando a favor de Portugal contra os interesses de Castela, ao lado de João, o Mestre

de Avis, filho bastardo de Pedro com Tereza Lourenço.

A respeito dos filhos de nome João, um, primogênito de sua união com Inês de Castro, e o outro, o bastardo que sucedeu a D. Fernando, há uma vivência espiritual de Pedro muito interessante.

Em conversa com os amigos mais próximos, dizia haver sonhado que um de seus filhos de nome João seria rei, mas não sabia qual deles.

O curioso do fato é que ambos os filhos de mesmo nome não eram, dentro da seqüência normal da transmissão do poder, detentores de direitos sucessórios segundo os cânones da época.

Contudo, o sonho se realizaria mais tarde, em decorrência do período turbulento que se seguiu à morte de Fernando e do qual ainda falaremos. Tivera D. Pedro, a esse respeito, clara premonição, inspirada por benfeiteiros da Vida Maior.

Voltando às razões alegadas para a morte de Inês, eram sim mais consistentes as preocupações com os liames entre Pedro e Castela, povo vizinho de língua castelhana, em

decorrência de sua união com uma mulher galega.

Temia D. Afonso IV que o príncipe herdeiro jogasse por terra a independência conquistada com tantas lutas desde os tempos de Pelágio e mantida com coerência pelos bravos herdeiros de Afonso Henrique, o fundador da dinastia afonsina no século XII.

No entanto, os princípios da realeza e as regras que definiam a substituição do rei eram claros, espaldados na longa experiência das dinastias merovíngia e carolíngia na França, consolidadas na hierarquia dos capetos.

Esses princípios e regras faziam parte da estrutura de poder que definiu nos povos de então, mormente na Europa Ocidental, as bases do seu nacionalismo e seus limites geográficos, o que dificultava qualquer contestação quanto à natural sucessão do trono.

Concluindo, Pedro não inspirava confiança ao pai, a despeito de sua longa e exaustiva preparação para substituí-lo quando o determinasse a Providência Divina.

Reservado, pouco comunicativo, era, contudo, preparado: dava-se na época particular atenção à formação dos príncipes, em

especial os herdeiros, já que deveriam estar aptos desde jovens para a sucessão real.

Seu reinado futuro surpreendeu e dissipou todas as dúvidas improcedentes que levaram Afonso IV a ordenar a decapitação da bela Inês.

Ao perpetrar a infeliz decisão, acendeu D. Afonso IV à exaustão a caldeira da revolta que enlutou por meses o povo português:

A nação estava extenuada pelos conflitos bélicos, então rotineiros, e pelo rigor da recente guerra aos mouros, particularmente marcada pela Batalha do Salado, em que o gênio guerreiro de Afonso IV socorreu Afonso Onzeno de Castela, derrotando os sarracenos e expulsando-os da Península.